

[Brasil]

DO BANDIDO DA LUZ VERMELHA AO MASSACRE NO ALEMÃO

Até os anos 70, os assassinatos em São Paulo e no Brasil eram crimes passionais e esporádicos. O vírus da violência se espalhou nos últimos 30 anos. Mudaram a cidade, o país e os criminosos. O jornalista precisa perceber a complexidade dessas mudanças.

Bruno Paes Manso

mansobruno@yahoo.com.br

Repórter do jornal O Estado de S.Paulo, autor do livro O Homem X - Uma reportagem sobre a alma do assassino em São Paulo (Ed. Record, 2005). Mestre em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), universidade onde atualmente faz doutorado cujo tema é o crescimento e a queda dos homicídios em São Paulo.

Na década de 60, João Acácio Pereira da Costa, o Bandido da Luz Vermelha, ganhou as manchetes dos jornais brasileiros. Ele arrombava casas em São Paulo, cortava a energia elétrica e usava uma lanterna de foco vermelho para enxergar no escuro. Os repórteres criaram o mito do bandido galanteador, que deixava apaixonadas as mulheres que assaltava. Depois de preso, quando a criatividade deu lugar ao inquérito policial, descobriu-se um criminoso violento, acusado de quatro assassinatos e 77 roubos. Os tempos eram outros. Os assassinatos que ganhavam a cobertura dos jornais eram eventos excepcionais, cometidos por pessoas no limite da normalidade. Como Francisco Costa Rocha, conhecido nos anos 60 como Chico Picadinho, que matou e esquartejou duas mulheres em São Paulo.

Além dos casos extraordinários, o grosso dos crimes de sangue ainda era motivado pelas paixões e rivalidades familiares, temas privados que inspiraram o teatro e romance do escritor Nelson Rodrigues. Eram casos que envolviam ciúmes, traições, intrigas entre maridos, mulheres, cunhados e amantes. Os jornais também os cobriam, sem o mesmo interesse dispensado aos casos surpreendentes. A vida nas cidades ainda gravitava em torno das famílias numerosas. A sociedade começava a deixar o provincianismo para trás e ainda vivia um tipo de violência que encerrava-se em si mesma. Motivada pelos arroubos de paixões ou pela loucura, levava muitos vezes ao fim trágico de seus protagonistas, que depois do crime se suicidavam. As histórias rendiam reportagens mórbidas, mas saborosas, que faziam sucesso nos jornais populares. O jornal Última Hora, por exemplo, nos anos 60, tinha 20 jornalistas só para cobrir assuntos de polícia. Nos grandes jornais paulistas de hoje, a equipe de polícia nunca é maior do que três.

Eram dias leves, havia menos medo nas ruas em um cotidiano ainda distante do que viria com o surgimento das megalópoles, que demorariam ainda de duas a três décadas para se configurar como uma dura realidade. Mas os anos se passaram, o Brasil mudou e as mega cidades são hoje um imenso desafio: caóticas, de administração inviável, com seus amplos espaços sem lei. Mudou o perfil do crime, da violência, dos criminosos e principalmente a dimensão dos problemas. A Grande São Paulo, que tinha 1,5 milhão de habitantes nos anos 40, chegou aos 12,5 milhões na década de 80. O que esperar de uma metrópole que enxerga passivamente a população multiplicar-se por oito em 40 anos? Desordem, mal estar, desequilíbrio, palavras que hoje servem para definir o cotidiano de qualquer mega cidade do terceiro mundo, que cresceram sem estar preparadas para receber a grande leva de imigrantes vindas das zonas rurais de seus respectivos países. Em São Paulo, as favelas espalharam-se pelas periferias, em terrenos distantes das regiões urbanizadas e centrais. No Rio de Janeiro, boa parte delas agrupou-se nos morros, entre os bairros da elite da cidade.

Esses bairros pobres que surgiam do nada nas décadas de 60, 70 e 80, inicialmente a partir de barracos de madeira, entrecortados por ruas de terra, sem transporte, sem esgoto, sem escola, sem hospital, foram com o tempo se urbanizando. Num processo

doloroso, ainda hoje incompleto. Se não havia equipamentos sociais, também não havia Justiça nem polícia. Ou melhor: a polícia existia, mas era inimiga, tratando como suspeitos os moradores desses lugares. Nesse cenário, com o tempo, cada vez mais pessoas passaram a tentar preservar seus interesses de maneira privada. Como não era possível chamar a polícia, multiplicaram-se aqueles que intitulavam-se o xerife do bairro. E matar passou com o tempo a ser visto como uma maneira de resolver problemas, não como um problema em si. O comportamento homicida se espalhou como um vírus, iniciando um ciclo de auto-destruição nos bairros da periferia de São Paulo. Entre o final dos anos 70 e dos anos 90, os índices de assassinato cresceram 352% em São Paulo, impulsionados pela desordem e pelo desejo permanente de vingança.

Dessa maneira, em questão de poucos anos, tanto a violência como o objeto da cobertura policial se transformaram. Parece claro, mas na verdade não está tão claro assim para as redações dos jornais. As antigas amarras permanecem e parece que continuamos atrás da última história bizarra do dia, protagonizada pelo psicopata da vez, como ocorria antigamente. Só que o objeto mudou e a realidade tornou-se mais complexa. O crime e a violência atualmente são assuntos que trazem à tona temas candentes, que revelam uma sociedade em desequilíbrio, formada por grupos que convivem lado a lado, mas que não se conversam e não se entendem. Há as periferias, centro, os morros, o asfalto, há prisões que juntas, só em São Paulo, abrigam mais de 150 mil presos. Existem as facções, como o Comando Vermelho, Terceiro Comando e ADA no Rio de Janeiro, grupos que dominam a venda de drogas nos morros desde os anos 80. Em São Paulo, a partir de 2000, a hegemonia do Primeiro Comando da Capital (PCC) veio com força sobre o crime e atualmente domina 80% do comércio de drogas no Estado.

Cobrir a violência não é mais simplesmente descrever o comportamento desviante. Deve ajudar também a compreender o comportamento de massas. O crime transformou-se quase em uma profissão, legitimada em determinados ambientes. Surgem na sociedade classes rivais, desejo de massacre, de vingança, comportamentos típicos de cidades em ebulição, que ainda não têm forma, que buscam se encontrar. O jornalista precisa compreender a complexidade desse cenário. Deve ser capaz de colocar-se no lugar dos integrantes dos grupos envolvidos no conflito, tentar compreendê-los para depois descrever a cena com olhos de pássaro, ou seja, vendo tudo de cima. Para escrever sobre a violência no Brasil nos dias de hoje não se pode pensar em vítimas e culpados, nem escorregar nos maniqueísmos e no senso comum, que é uma praga que hoje atinge todo o jornalista que observa o mundo só com os olhos pregados na internet. Deve-se ir para a rua, ouvir, surpreender-se, sentir, ser impactado pela novidade, querer saber mais sobre o tema, tentar fugir do senso comum e ser assim capaz de desfazer estereótipos em vez de reforçá-los.

Passemos da discussão abstrata para os desafios concretos do dia-a-dia. A começar com um esclarecimento. Defender a importância dos temas relacionados ao crime

e violência nos jornais não significa que eu pregue a publicação diária das pequenas tragédias que sempre vão existir nas grandes cidades. Acho apenas que devemos mergulhar de cabeça, do décimo andar, sem rede de proteção, quando aparece uma oportunidade para irmos fundo no assunto. E essas chances nem sempre são vistas com clareza nas redações. Algumas vezes, contudo, isso acontece. Nesses momentos, temos que fugir das fontes oficiais. Claro que essas também oferecem dados importantes. Mas são somente uma peça a mais no quebra-cabeça a ser montado, onde a figura completa deve mostrar o conflito em toda sua complexidade, a dinâmica do jogo que é jogado e o que move a ação de seus participantes.

Um teste interessante ocorreu no Rio de Janeiro. Era junho do ano passado e a paciência e sanidade da população do Rio de Janeiro pareciam finalmente ter alcançado seu limite. A morte do menino João Hélio Fernandes, de 6 anos, ocorrida durante um assalto, em fevereiro, num dos episódios mais cruéis da história da violência no Brasil, talvez tivesse sido a gota d'água. Numa noite de verão, a mãe do garoto foi rendida por quatro jovens armados, enquanto dirigia o carro com os filhos. Depois da abordagem, a mãe e a filha, de 13 anos, conseguiram descer a tempo. Correram para tentar retirar João Hélio do banco traseiro do carro, quando os bandidos arrancaram. O menino acabou sendo arrastado por sete quilômetros, preso ao cinto de segurança, do lado de fora do automóvel, antes de morrer.

Raiva, dor, desejo de vingança e pouco espaço para o bom senso. Crimes que atingem crianças são insuportáveis. Eu mesmo me lembro de incontáveis acessos de choro que tive pela simples lembrança da cena. Era nesse ambiente carregado que o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, assumia o cargo, com o desafio de sinalizar os novos rumos da política de segurança do Estado às vésperas da realização dos Jogos Panamericanos. Para acertar nas medidas, o governador não precisava inventar demais. Mais do que modernizar a carcomida estrutura da polícia fluminense, um golpe certo no Comando Vermelho, facção criminoso que distribui drogas no varejo em boa parte dos morros carioca e atua no atacado em diversos estados brasileiros, poderia ter impacto imediato. Segundo informações da inteligência da Polícia Militar, o quartel-general e o maior depósito de armamentos da facção encontravam-se no Complexo do Alemão, conjunto de favelas na zona norte do Rio de Janeiro, cercado por 12 morros, onde vivem 65 mil pessoas.

A resposta veio com ares de catarse. No dia 27 de junho, depois de um cerco que durou semanas, 1.350 homens das forças de segurança estadual e nacional invadiram o Complexo. Na operação, 19 pessoas morreram. Nenhuma liderança do tráfico foi presa. Foram apreendidas doze armas e 300 quilos de droga. Mesmo diante do resultado modesto, principalmente se comparado ao tamanho dos estragos, a sociedade celebrou o fato como vitória. Organizações de direitos humanos denunciavam uma série de abusos na operação, enquanto o governador e o Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, celebravam nos jornais o sucesso da incursão, obtendo o aplauso de parte da população, anestesiada com a seqüência de desgraças.

Nessas circunstâncias, a chefia do jornal onde trabalho, o Estado de S. Paulo, que fica em São Paulo, a mais de 400 quilômetros do Rio, pediu que eu tentasse ajudar a sucursal carioca na apuração da matéria. Fui com uma idéia fixa de pauta que, por sinal, não podia ser mais óbvia: entrar no Complexo do Alemão para ouvir os relatos da população a respeito do que havia acontecido. Até aquele momento, quase a totalidade das informações vinha de fontes oficiais do governo. Era preciso furar esse cerco. Claro que era essa era uma obrigação dos jornalistas, mas a decisão não era tão simples assim.

Desde junho de 2002, quando o jornalista Tim Lopes, da Rede Globo, foi assassinado em uma das favelas do Complexo do Alemão durante a elaboração de uma reportagem, foi travado um pacto informal entre as redações. A imprensa não deveria mais subir os morros. O principal argumento era relevante, merece reflexões, dessas que nunca são feitas nas redações por causa da correria cotidiana. Para o jornalista entrar nas comunidades e evitar riscos de vida, quase sempre havia a necessidade de receber o aval dos traficantes locais. E acordos com o tráfico não se justificavam mesmo em situações extremas como a ocorrida. O cuidado dos profissionais do Rio de Janeiro era mais do que compreensível. Recentemente, os traficantes vinham ameaçando assassinar os repórteres. Para cobrir tiroteios entre policias e o crime organizado, os jornalistas vinham usando, inclusive, coletes à prova de bala.

O mergulho do décimo andar, entretanto, era mais do que necessário. Como vivo em São Paulo, achava que o cuidado e o receio das redações no Rio de Janeiro eram exagerados, relacionados ao stress e aos traumas da cobertura cotidiana do crime na cidade. Como uma centena de traficantes poderia garantir o cerco a uma comunidade de 65 mil habitantes? Não era possível. Pior. Será que devemos aceitar essa autoridade? Viajei para o Rio no dia seguinte e comecei as negociações para entrar. O meu passaporte de ingresso veio com a ajuda de José Júnior, o líder do Afro Reggae, ONG que atua nos morros do Rio, um dos grandes heróis cariocas, com plena ciência do seu papel de servir de ponte no diálogo entre dois mundos que não se conversam. Interlocutor hábil capaz de ter a confiança tanto do governador do Rio como de traficantes, Júnior atua no fio da navalha, com um incrível jogo de cintura.

Para que eu entrasse no Complexo, ele ponderou que era interessante mandar um recado para os traficantes, o que acabou não acontecendo. Minha segurança foi preservada pelo meu guia, um morador da comunidade, integrante do Afro Reggae no Alemão, cantor de funk, conhecido dos traficantes, uma figura acima de qualquer suspeita, que nunca entraria com alguém que fosse prejudicar os moradores. Foi mais do que suficiente. Andamos juntos pelas favelas por cerca de 5 quilômetros, em oito horas de caminhada. Assim como ele, eu usava uma camisa da ONG, que, segundo Júnior, era o meu colete a prova de balas. Eu não precisava esconder nada do que via.

Entreí no morro dois dias depois da operação. Conversei com cerca de 40 pessoas. Para algumas, eu me identificava como jornalista. Em outros casos, ficava

ao lado das rodinhas e ouvia as conversas nos grupos, que relatavam os detalhes da operação. Os depoimentos mostraram que a ação esteve longe de ter sido um movimento planejado das forças de segurança. Caracterizou-se pela desordem e pelo desmando dos policiais, que, livre nos morros, agiram como delinquentes. Além dos relatos das execuções sumárias, comerciantes foram roubados, carros incendiados e diversas casas foram arbitrariamente invadidas e serviram de trincheiras da polícia durante os tiroteios com traficantes. Os moradores mostraram latas cheias de balas de fuzil que ficaram no chão de suas casas. Levavam-me para ver carros arraboados e incendiados, sem o equipamento de som que havia sido roubado pelos homens da força de segurança.

Havia revolta, indignação e a minha sensação ao ouvir tudo aquilo era clara. Para quase a totalidade daquelas pessoas, o inimigo era o Estado, que esculachava, humilhava e matava inocentes. Os traficantes locais, se atrapalhavam, pelo menos eram previsíveis, não atacavam aleatoriamente, sabiam diferenciar “bandido” de “trabalhador”. Essa visão torta do Estado, misturada a um desejo não declarado, mais evidente, de vingança, de raiva, era a pior herança da invasão. Era o combustível capaz de perpetuar uma guerra para futuras gerações.

Esses olhares embaralhados apareciam de todo o lado. Um comerciante do morro me contou que demorou mais de um ano para conseguir juntar R\$ 10,5 mil e comprar um Santana 94. Durante a operação no Complexo, viu policiais quebrarem o vidro do carro e levar o equipamento de som. Estimava o conserto em R\$ 1,1 mil. Perguntei por que não denunciava o caso à Corregedoria da PM. Ele me disse que ouviria o de sempre. Os policiais pediriam o recibo do equipamento. Ele não teria, já que comprara de terceiros. Na Corregedoria, segundo acreditava, por morar na favela, logo pensariam que o equipamento era roubado e ele sofreria nova humilhação. Perguntei qual era a solução. Ele me disse que pediria o dinheiro emprestado a um traficante para depois pagar aos poucos.

Quando fui escrever a matéria, além das denúncias graves, achei importante deixar claro que havia efeitos colaterais. E deparei-me com uma situação complicada. Mesmo tendo colhido dezenas de relatos e tirado fotos, eu não tinha provas concretas que mostrassem que os moradores falavam a verdade. Como garantir que essas pessoas não foram induzidas pelos traficantes a acusar a polícia? Boa pergunta. Eu tinha certeza de que as barbaridades ocorreram porque ouvi aleatoriamente um punhado de gente. Mas como separar fatos de exageros? Como convencer o cético leitor? Essa cobrança, que tanto eu como meus chefes faziam, era também uma informação relevante, que eu procurei descrever na reportagem a partir de uma pergunta que me foi feita por um morador local. Era um garçom que trabalhava em um restaurante no centro do Rio e que morava no morro. Durante a invasão, foram jogadas granadas na casa dele, que estava vazia. Os vizinhos disseram que foi a polícia.

Provas. Eu pedia que ele me mostrasse provas contra os policiais. Afinal, policiais, pelo menos oficialmente, não portam granadas nesse tipo de ação – o que não quer dizer muita coisa, já que, oficialmente, eles também não podem executar pessoas que se entregam. E executaram. Mas eu via ainda outro agravante. As granadas costumam compor o arsenal dos traficantes. “Mostre-me algo para que eu possa acreditar em você”, eu pedia, até receber a resposta ao mesmo tempo definitiva e desconcertante. “Pera aí. Mais de mil policiais invadem o meu bairro. Morrem 19 pessoas. Jogam uma granada em minha casa. E eu ainda tenho que conseguir provas de que não estou mentindo?,” ele questionou. Não era preciso dizer mais nada.

A matéria foi publicada. Mesmo tendo pouco mais de duas horas para cumprir o prazo do fechamento do jornal, tempo insuficiente para refletir sobre o furacão que havia me sugado, o resultado foi satisfatório. A gente nunca sabe como o material foi lido, o que acharam os leitores. Mas o fato é que eu havia me transformado, assim como acontece quando cubro outros fatos relacionados à violência e ao crime que acontecem com a mesma frequência em São Paulo. São coberturas que mostram uma realidade *sui generis*, uma guerra que acontece em nossos quintais, mas que é ainda incompreendida, que a maioria prefere acreditar que não existe. Fatos que mostram uma sociedade doente, auto-destrutiva, com grupos que não se entendem. Que me enchem de questionamentos. Será que somos assim por causa de nossa história? O que os 400 anos de escravidão têm a ver com isso? Será que no Brasil damos valor demais ao dinheiro? A ponto de cada vez mais o dinheiro ser justificativa aceita para tudo? Perguntas, claro, que trazem angústia, mas não respostas. Mesmo porque, os jornalistas não servem para trazer respostas. O que nos resta é continuar no papel de chatos. Mostrar a realidade da violência contemporânea em toda sua complexidade, mesmo sendo uma notícia desagradável, para que a sociedade assuma seus problemas e defeitos, não se acomode e permaneça fazendo a si mesmo questionamentos intrigantes e inconvenientes. Quem sabe, um dia, encontramos algumas respostas.